



Reflorestamento Tekoha Sustentável

Mostra Local de: Guarapuava - PR

Categoria do projeto: Projeto em andamento

Nome da Instituição/Empresa: Associação de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento Humano Outro Olhar

Cidade: Guarapuava - PR

Contato: associacaooutro.olhar@yahoo.com.br / (42) 8402-1235

Autor (es): Associação de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento Humano Outro Olhar

Equipe: Sandra König, bacharel em administração e especialização em desenvolvimento rural; Silmara Aparecida Walendorff, assistente social; Luiz Henrique da Silva Marconato, técnico florestal e Antônio Carlos Guedes, empresário.

Parceria: IAP – Instituto Agroflorestal do Paraná, regional de Guarapuava-PR – parceria para fornecimento das mudas nativas para as áreas de reflorestamento no estado do Paraná. Funai Regional de Chapecó e Coordenação Local de Guarapuava e Nova Laranjeiras – colaboração no sentido de apoio na realização das atividades. Faculdade Guarapuava – termo de colaboração técnico científica, também voltada para a difusão da experiência e auxílio na formação e certificação dos participantes do curso de Agentes Ambientais e Desenvolvimento. Escolas Indígenas de: Ocoy, Limeira, Tapixi, Palmeirinha do Iguazu e Nhe'Engatu – parceria na organização das atividades relacionadas aos grupos dos estudantes para as questões do intercâmbio e atividades educativas sobre meio ambiente nas comunidades. Província Autônoma de Trento – principal financiador das atividades e colaborador na gestão das atividades. Shishu – Associação de Voluntariado Internacional, principal colaborador na busca por fundos de financiamento e avaliação das atividades. Joint – parceiro na disponibilização dos voluntários do programa de Serviço de Voluntariado Europeu.

Objetivo(s) de Desenvolvimento do Milênio trabalhado(s) pelo projeto: Objetivo 7

RESUMO

Palavras-chave: Meio ambiente, reflorestamento



INTRODUÇÃO

1. JUSTIFICATIVA: Na região Sul do Brasil as questões indígenas parecem ser pouco discutidas e até muitas vezes não são reconhecidas, considerando principalmente a influência da cultura branca e as especificidades sofridas durante o longo e contínuo processo de colonização, onde muitas etnias foram dizimadas, agredidas, expulsas de suas terras para a acomodação dos novos proprietários. No estado do Paraná atualmente existem 21 Terras Indígenas, entre demarcadas e em estudo, estas abrigam diversas aldeias indígenas. Somente na Funai regional de Guarapuava são 14 Terras indígenas que abrigam 28 aldeias das etnias Guarani, Xeta e Kaingang, estima-se que em todo o Paraná o número de aldeias chegue a 42 e o número de indígenas a 11.000 indivíduos vivendo nas aldeias. E a Terra Indígena de Xapecó, localizada nos municípios de Ipuçu e Entre Rios em Santa Catarina é a maior TI daquele Estado com 15.623 hectares de área e uma população estimada de 4.500 pessoas, sendo aproximadamente 850 famílias, distribuídas em um núcleo principal, localizado a uma distância média de 10 quilômetros das sedes dos municípios de Entre Rios e Ipuçu e mais 14 aldeias distribuídas na área da Terra Indígena. A população é predominantemente da etnia Kaingang (AIKA, 2008). Nessa TI está localizada a aldeia de Limeira com uma população de 150 pessoas, ocupando uma área de 500 hectares. Mensalmente as famílias indígenas recebem do Governo Federal entre R\$ 95,00 a R\$ 220,00 de auxílio financeiro. É importante constar que cada família indígena tem em média 4 filhos, estão alojados em casas feitas de sapé, barracos de lona ou ainda, (menos de 20%) em casa de alvenaria (com 45 m²) feitas com recursos do Governo Estadual. Somem-se a estas condições a precariedade da educação e saúde e o preconceito tão latente na sociedade local. Segundo fontes do ISA, as populações indígenas encontram-se em situação de subordinação e exploração econômica e as mais diversas formas de exclusão, tal situação pode ser observada, entre as comunidades indígenas das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Apesar da legislação nacional e internacional garantir atendimento a todos os cidadãos, na prática são muitas as dificuldades para a implantação desses direitos. Diante deste complexo de problemas, a ausência de fontes geradoras de renda; a floresta, principalmente através do corte ilegal de árvores nativas para uso como madeira representa uma fonte de renda “fácil” e imediata para as comunidades indígenas. A venda é realizada de forma ilegal para serrarias da região que além do potencial florestal enxergam nas Terras Indígenas o oportunismo para pagar menos de um terço do valor de mercado por espécies raras e ameaçadas de extinção como a araucária augustifolia e a imbuia (*Ocotea porosa*). É clara a pressão das indústrias madeireiras sobre as Terras Indígenas e é intenção deste projeto auxiliar as comunidades indígenas na descoberta e implementação de formas sustentáveis de utilizar os recursos naturais, sem contribuir para sua extinção e ainda auxiliando na recuperação do planeta. Há de se constar ainda que a relação do índio com a floresta, as águas e os animais é parte inseparável de sua cultura. É importante esclarecer que em aspectos legais as Terras Indígenas são consideradas UCs (Unidades de Conservação), com as mesmas implicações legais e



limitações para exploração do que os parques, as reservas biológicas entre outras categorias previstas pela legislação brasileira, porém obviamente possuem características extremamente específicas que as diferenciam das demais, principalmente pelo fato de conter em seu interior comunidades com graves problemas sociais. É claro que a regulamentação das UCs em Terras Indígenas deveria ter regras específicas o que infelizmente não ocorre e a titulação de UC é meramente uma titulação sem as ações que normalmente seriam obrigatórias para tal. Considerando que as Terras Indígenas possuem quase a metade de toda a floresta de Mata Atlântica que ainda resta no estado do Paraná Santa Catarina, e que justamente são a parte da população que se encontra mais isolada e sem opções de geração de renda ou oportunidades de capacitação, conscientização e visualização de novas perspectivas de desenvolvimento, nos parece urgente que este público tenha oportunidades de desenvolver experiências de produção sustentável, capacitação e gestão destes recursos naturais tão importantes para todos.

2. OBJETIVO GERAL: Desenvolver e implantar florestas tropicais na perspectiva da defesa do clima e da biodiversidade, bem como a promoção econômica e social das comunidades envolvidas.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Aumentar a consciência e a sensibilidade ambiental a partir de um programa de formação para agentes ambientais e desenvolvimento e envolver as escolas em atividades ambientais. Reflorestar áreas das aldeias participantes no projeto e desenvolver um cultivo em sistemas agroflorestais (saf's). Aumentar a sensibilidade ambiental das aldeias envolvidas no tema da luta contra o desmatamento. Desenvolver a capacidade empreendedora das comunidades, a partir da formação e ações concretizadoras. Difundir a experiência com o reflorestamento, seu manejo e cuidado para outras comunidades indígenas e não indígenas.

4. VOLUNTÁRIOS: Participam do projeto voluntários que fazem parte do programa de Serviço de Voluntariado Europeu que participam das atividades de campo nas aldeias (plantio, limpeza, conscientização).

5. ORÇAMENTO: O valor total deste projeto é de R\$ 220.500,00, considerando todas as atividades, desde mudas, sementes, equipamentos, atividades de sensibilização e o processo de formação dos participantes do curso, assim como, o acompanhamento técnico por dois anos.